



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Recurso Ordinário - Rito Sumaríssimo 0012320-04.2023.5.15.0109

Relator: LEVI ROSA TOME

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 26/06/2025

Valor da causa: R\$ 23.728,06

Partes:

RECORRENTE: ----- ADVOGADO: -----

RECORRIDO: -----



PAGINA_CAPA_PROCESSO_PJEADVOGADO: ALUISIO COUTINHO
GUEDES PINTO
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

4ª TURMA - 7ª CAMARA

PROCESSO nº 0012320-04.2023.5.15.0109 (RORSum)

5ª Câmara

RECORRENTE: ----- RECORRIDO: -----

JUIZ SENTENCIANTE:

RELATOR: LEVI ROSA TOMÉ

[lrpm]

Relatório dispensado, por se tratar de procedimento sumaríssimo, nos termos do art. 852-I da CLT.

VOTO

Conheço do(s) recurso(s), pois preenchidos os pressupostos de admissibilidade.

LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

O recorrente insurge-se contra a sentença que julgou improcedentes os pedidos formulados na reclamação trabalhista, especialmente no que tange à condenação do patrono da parte autora ao pagamento de multa por litigância de má-fé, no valor correspondente a 10% do valor da causa. Alega que a penalidade é indevida, pois o advogado não integra a relação processual como parte e sua responsabilidade, se existente, deve ser apurada em ação própria, nos termos do art. 32 do Estatuto da Advocacia. Sustenta que a jurisprudência pátria, inclusive do STJ e TRT, não admite tal condenação ao causídico por atos praticados no exercício regular da advocacia. Requer, assim, a exclusão da condenação ou, subsidiariamente, sua redução para 1% do valor da causa.

ID. 30bbde4 - Pág. 1

O recurso ordinário não merece provimento.

A insurgência recursal dirige-se contra a condenação do patrono da parte autora ao pagamento de multa por litigância de má-fé, fixada em 10% sobre o valor da causa, nos termos da sentença proferida.

A decisão recorrida foi minuciosa ao fundamentar a aplicação da penalidade, apontando elementos concretos extraídos dos autos que caracterizam típico cenário de advocacia predatória. O juízo de origem identificou conduta abusiva do patrono, que extrapolou os limites da representação técnica ao instrumentalizar o processo com finalidade indevida.

Do conjunto probatório destaca-se o teor do depoimento colhido, o qual



não deixa dúvidas de que houve angariação de cliente com o objetivo de ajuizar ação totalmente desprovida de fundamento fático ou jurídico. Restou evidenciado que a iniciativa partiu do advogado, que induziu a parte autora a pleitear judicialmente pretensões manifestamente infundadas, configurando uso temerário do aparato jurisdicional.

Em tais circunstâncias, afigura-se justa e razoável a responsabilização direta do advogado, especialmente quando comprovado nos autos ter atuado dolosamente, inclusive iludindo a parte acerca de direitos que sabidamente não existiam. A prática reiterada e sistemática de ações semelhantes, com padrões de conduta replicados, como aflorado nestes autos, reforça o caráter predatório da atuação, justificando a imposição da sanção.

Ressalte-se, porque muito importante, que a questão dos autos não é meramente de litigância de má-fé, pelo conluio das partes ou até mesmo pela falta de sinceridade do autor ao relatar ao seu advogado fatos inverídicos. O que se tem dos autos é verdadeiro esquema fraudulento levado a efeito pelo advogado, em detrimento não apenas do normal funcionamento do sistema judiciário, mas também da parte por ele representada e até mesmo em desfavor da própria classe dos advogados.

A questão dos autos extrapola as raiais do processo como método de solução de demandas, para transformar o processo como meio de obtenção ilícita de vantagens ao advogado e não à parte. Por outras palavras, nessa circunstância o advogado não age como tal, mas como terceiro de má-fé que se intromete na relação entre as partes legítimas, não para representar uma delas, no normal exercício do "jus postulandi", mas para usar um dos demandantes em seu interesse próprio e ilícito.

O artigo 5º do CPC diz que "aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé". Manoel Antonio Teixeira Filho, comentando esse

ID. 30bbde4 - Pág. 2

dispositivo legal, assevera que essa regra, explicitamente estabelecida no artigo 422 do Código Civil, também se impõe ao processo civil. Confira-se:

O CPC também a impõe, como revela o art. 5º, cuja disposição não está circunscrita às partes, senão que se estende a todos aqueles que, *de alguma forma*, participam do processo, como são os advogados, as testemunhas, os peritos, os intérpretes, os tradutores, os depositários, os terceiros (aqui incluindo o *amicus curiae*), o representante do Ministério Público e, por certo, o próprio magistrado. (in, "Comentários ao Novo Código de

Assinado eletronicamente por: LEVI ROSA TOME - 07/08/2025 12:54:22 - 30bbde4

<https://pje.trt15.jus.br/segundograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=25070208152849900000135527161>

Número do processo: 0012320-04.2023.5.15.0109

Número do documento: 25070208152849900000135527161



Processo Civil sob a Perspectiva do Processo do Trabalho", LTr, 2015, p. 27).

Com efeito, certamente em função do progresso dos meios de comunicação e do avanço da telemática, muitas formas de participação na relação processual se afluíram, inclusive por meio do chamado "Juízo 100% Digital", pelo qual as partes ficam à distância, sem a necessária imediatidade na condução do processo pelo juiz, o que, a despeito de facilitar o acesso à Justiça, facilita também o seu desvirtuamento, como no caso em análise.

Na presente hipótese, justifica-se a aplicação do caráter pedagógico da punição, tendo em vista que apenas a efetiva sanção, com repercussão patrimonial concreta, é capaz de desestimular a reiteração da conduta abusiva. Sob a compreensão de que somente quando a penalidade atinge o bolso é que se reflete seriamente sobre os próprios atos, a imposição da multa por litigância de má-fé assume função preventiva e educativa, advertindo o patrono de que o processo judicial não pode ser utilizado como instrumento de obtenção de vantagens indevidas ou de banalização da prestação jurisdicional. A responsabilização, portanto, cumpre papel essencial na preservação da ética profissional e da credibilidade do sistema de justiça.

A jurisprudência está começando a detectar essa distinção entre a litigância de má-fé, propriamente, que necessariamente deve contar com a participação de uma das partes, da litigância predatória, que na verdade não tem nada a ver com as partes, senão com a conduta do advogado que age sozinho, manipulando as partes. Aliás, nesse sentido, fala-se até mesmo da inexistência de mandato válido, porque nunca foi da vontade do autor ajuizar a ação respectiva, daí aplicável, inclusive, os termos do artigo 104, parágrafo 2º do CPC.

Nesse sentido:

Ementa: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR ABANDONO, COM FULCRO NO ART. 485, INC. III, DO CPC. ADVOCACIA PREDATÓRIA. AUSÊNCIA DE REGULARIZAÇÃO DA PROCURAÇÃO QUE ENSEJA A EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, POR FALTA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR, NOS TERMOS DO

ID. 30bbde4 - Pág. 3

ART. 485, INC. IV DO CPC, DE OFÍCIO. CABIMENTO DA CONDENAÇÃO DO ADVOGADO AO PAGAMENTO DAS

Assinado eletronicamente por: LEVI ROSA TOME - 07/08/2025 12:54:22 - 30bbde4

<https://pje.trt15.jus.br/segundograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=25070208152849900000135527161>

Número do processo: 0012320-04.2023.5.15.0109

Número do documento: 25070208152849900000135527161



CUSTAS E DOS HONORÁRIOS. INTELIGÊNCIA DO ART. 104, § 2 DO CPC . RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. I. CASO EM EXAME1. Apelação cível objetivando a reforma parcial da sentença que extinguiu o feito, sem resolução do mérito, por abandono processual, com fulcro no art . 485, inciso III, do Código de Processo Civil, com a condenação da parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. Há duas questões em discussão: (i) avaliar se a ausência de regularização da representação processual autoriza a extinção do processo por abandono ou por ausência de pressuposto de constituição e validade do processo (CPC, art . 485, inciso IV); (ii) analisar a caracterização de advocacia predatória e a sanção aplicável, disposta no art. 104, § 2º, do CPC. III. RAZÕES DE DECIDIR 3 .1. A falta de regularização da representação processual, após intimação pessoal, justifica a extinção do processo sem resolução do mérito por ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, conforme dispõe o artigo 485, inciso IV, do CPC.3.2 . A prática de advocacia predatória é identificada pela massificação de processos sem o devido consentimento dos autores, configurando má-fé processual e justificando a aplicação de sanções contra o advogado, incluindo sua condenação ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 104, § 2º, do CPC. IV. DISPOSITIVO4. Recurso conhecido e provido .Dispositivos relevantes citados: CPC, arts. 104, § 2º, e 485, IV. Jurisprudência relevante citada: TJPR, Apelação Cível nº 0009189-35.2022 .8.16.0058.(TJ-PR 00003190320208160177 Altônia, Relator.: Francisco Eduardo Gonzaga de Oliveira, Data de Julgamento: 26/11/2024, 14ª Câmara Cível, Data de Publicação: 26/11/2024)

A condenação por litigância de má-fé, quando fundada em elementos objetivos e prova robusta da atuação desleal e artilosa do causídico, sem a participação efetiva de uma das partes processuais, em autêntica "advocacia predatória", não ofende o art. 32 da Lei nº 8.906/94, tampouco a garantia do exercício da advocacia. Trata-se de medida excepcional, mas juridicamente admissível, destinada a preservar a dignidade da Justiça e coibir o uso indevido do processo.

O percentual de 10% fixado a título de multa por litigância de má-fé mostra-se adequado e atende aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, considerando a gravidade da conduta praticada. No caso concreto, a pena imposta ao patrono não tem caráter meramente punitivo, mas visa coibir a reiteração de prática tão nociva, que atenta contra a dignidade da função jurisdicional e compromete a seriedade da advocacia. A atuação processual verificada, típica de advocacia predatória, revela desprezo pelas balizas éticas que norteiam o exercício da profissão, exigindo



resposta firme do Judiciário para resguardar não apenas o bom funcionamento da Justiça do Trabalho, mas também a integridade da cátedra ocupada pelo advogado, cuja função é essencial à administração da justiça.

Diante do exposto, mantém-se a condenação do patrono da parte autora ao pagamento de multa por litigância de má-fé, nos termos da sentença.

PREQUESTIONAMENTO

Para efeito de prequestionamento, ante os fundamentos expostos, assinalo que não foram violados quaisquer dispositivos legais mencionados pelos litigantes, não houve afronta à Carta Magna e foram observadas, no que cabia, as Súmulas das Cortes Superiores.

Recurso da parte

Item de recurso

Diante do exposto, decido **CONHECER** do recurso de ----- e **NÃO O PROVER**. Mantida, integralmente, a r. decisão de origem, nos termos da fundamentação.

Sessão Ordinária Híbrida realizada em 05 de agosto de 2025, nos termos da Portaria GP nº 005/2023, 5ª Câmara - Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Quinta Região. Presidiu o Julgamento a Exma. Sra. Desembargadora do Trabalho GISELA RODRIGUES MAGALHÃES DE ARAUJO E MORAES.

Tomaram parte no julgamento:

Relator Desembargador do Trabalho LEVI ROSA TOMÉ

Assinado eletronicamente por: LEVI ROSA TOME - 07/08/2025 12:54:22 - 30bbde4

<https://pje.trt15.jus.br/segundograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=25070208152849900000135527161>

Número do processo: 0012320-04.2023.5.15.0109

Número do documento: 25070208152849900000135527161



Desembargadora do Trabalho GISELA RODRIGUES MAGALHÃES DE ARAUJO E MORAES

ID. 30bbde4 - Pág. 5

Desembargador do Trabalho SAMUEL HUGO LIMA

Presente o DD. Representante do Ministério Público do Trabalho.

ACORDAM os Magistrados da 5ª Câmara - Terceira Turma do Tribunal do Trabalho da Décima Quinta Região, em julgar o processo nos termos do voto proposto pelo Exmo. Sr. Relator.

Votação unânime, com ressalva de fundamentação do Desembargador do Trabalho Samuel Hugo Lima.

LEVI ROSA TOMÉ
Desembargador Relator

Votos Revisores



Assinado eletronicamente por: LEVI ROSA TOME - 07/08/2025 12:54:22 - 30bbde4
<https://pje.trt15.jus.br/segundograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=25070208152849900000135527161>
Número do processo: 0012320-04.2023.5.15.0109
Número do documento: 25070208152849900000135527161

